

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS DIRETRIZES DE ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL E BOLÍVIA: AS DIFERENÇAS DE ABORDAGEM CULTURAL, NORMATIVA E O CONTEXTO DE FRONTEIRA

LA ENSEÑANZA DE GEOGRAFÍA PARA NIÑOS EN LOS PRIMEROS AÑOS EN CONTEXTO FRONTERIZO: UN ANÁLISIS DE LAS DIRECTRICES CURRICULARES DE BRASIL Y BOLIVIA

DOI 10.55028/geop.v20i39

Lylianne Chaparro Magalhães Souza*

Samuel da Silva Souza**

Élvis Christian Madureira Ramos***

Resumo: O artigo analisa comparativamente o ensino de Geografia para crianças nos anos iniciais em Corumbá (Brasil) e nas cidades bolivianas vizinhas, com base em documentos curriculares oficiais. O objetivo é compreender como o ensino de Geografia, a identidade e a interculturalidade são abordados na BNCC, no Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul e no Currículo Base del Sistema Educativo Plurinacional. A pesquisa, de natureza bibliográfica e documental, evidencia contrastes entre as abordagens: enquanto o Brasil adota uma perspectiva normativa, a Bolívia valoriza práticas comunitárias e interculturais.

Palavras-chave: geoalfabetização, interculturalidade, educação fronteiriça, currículos, anos iniciais.

Resumen: El artículo analiza comparativamente la enseñanza de Geografía para niños en los primeros años en Corumbá (Brasil) y en las ciudades

Introdução

O ensino de Geografia nos anos iniciais desempenha um papel essencial na formação e desenvolvimento da consciência de lugar e nas atitudes para como meio e interações socioespaciais. Essa relevância é ainda mais evidente nos espaços de fronteira, como o município de Corumbá (MS), no Brasil, e as cidades vizinhas de Puerto Quijarro e Puerto Suárez, na Bolívia. Nessas regiões, a convivência cotidiana entre diferentes nacionalidades, línguas e práticas culturais torna o ambiente escolar um espaço privilegiado para

* Graduada em Geografia Licenciatura (2023, UFMS/CPAN), Mestranda em Educação Social (UFMS/CPAN). Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-9856-9615>. E-mail: lylianne.magalhaes@ufms.br.

** Graduado em Matemática Licenciatura Plena (2010, UFMS/CPAN). Mestre em Educação Social (2017, UFMS/CPAN), Doutorando em Educação Social (UFMS/CPAN). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7688-9510>. E-mail: samuel.souza@ufms.br.

*** Graduado em Geografia (Licenciatura e Bacharelado, USC, 1999), Mestre em Educação (FC/UNESP, 2005) e Doutor em Geografia (FCT/UNESP, 2017). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6245-6850>. E-mail: elvis.ramos@ufms.br.

bolivianas vecinas, a partir de documentos curriculares oficiales. El objetivo es comprender cómo la enseñanza de la Geografía, la identidad y la interculturalidad son abordadas en la BNCC, en el Currículo de Referencia de Mato Grosso do Sul y en el Currículo Base del Sistema Educativo Plurinacional. La investigación, de carácter bibliográfico y documental, evidencia contrastes entre los enfoques: mientras Brasil adopta una perspectiva normativa, Bolivia valora prácticas comunitarias e interculturales.

Palabras clave: geoalfabetización, interculturalidad, educación fronteriza, currículos, primeros años.

o exercício da interculturalidade e da valorização das transterritorialidades vividas (Haesbaert; Mondardo, 2010).

Este estudo propõe uma análise comparativa do ensino de Geografia para crianças nos anos iniciais, a partir dos documentos curriculares oficiais do Brasil e da Bolívia, especialmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (CRMS) e o Currículo Base del Sistema Educativo Plurinacional (CBSEP), buscando compreender como cada sistema educativo aborda as noções de território, fronteira, identidade e diversidade. A escolha pelo municípios de Corumbá (Mato Grosso do Sul, Brasil) e as cidades bolivianas vizinhas de Puerto Quijarro e Puerto Suárez, justifica-se pela intensa dinâmica transfronteiriça que caracteriza a região, impactando diretamente as práticas pedagógicas, os conteúdos escolares e a formação da identidade dos estudantes.

Para fundamentar a análise, recorre-se a uma abordagem de análise da literatura e documentos, bem como da comparação entre dois sistemas de ensino no que tange ao ensino de geografia e o contexto de fronteira (Santos, 2015; Ramos, 2014; Abreu, 2023; Ribeiro, 2023; Golin, 1998; Souza, 2023).

A pesquisa se insere em um esforço de compreensão de como o ensino de geografia é visto em sua totalidade nos primeiros anos escolares nos principais documentos de base da educação

no Brasil e Bolívia. Como são reconhecidos as formas de pluralidade cultural e social nesses documentos. É uma análise que também ajuda a entender as diferenças de concepções de ensino no espaço de fronteira.

Desse modo, este estudo busca promover um diálogo entre documentos curriculares sob a ótica da formação docente e de uma educação intercultural em territórios fronteiriços, contribuindo para o debate sobre políticas educacionais e práticas pedagógicas contextualizadas.

Este artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta a metodologia adotada; a terceira discute a fundamentação teórica sobre ensino de Geografia, fronteira e interculturalidade; a quarta analisa os resultados obtidos a partir da análise documental e da literatura; e, por fim, as considerações finais refletem sobre os desafios e potencialidades do ensino de Geografia em contextos de fronteira.

Método e base comparativa

A pesquisa adota uma abordagem de natureza analítico-interpretativa e comparativa, fundamentada na análise documental e bibliográfica. O estudo tem como objetivo compreender e comparar os fundamentos, concepções e orientações presentes nas diretrizes curriculares do Brasil e da Bolívia, com foco nos elementos que estruturam suas propostas educativas em relação ao ensino de Geografia, especialmente no que se refere à valorização cultural, à territorialidade e à formação docente.

Foram analisados documentos oficiais — a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (Mato Grosso do Sul, 2019) e o Currículo Base del Sistema Educativo Plurinacional (Bolívia, 2012) — por representarem os marcos normativos que orientam o ensino de Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental em ambos os países. A análise foi guiada por categorias previamente definidas, como território, identidade, interculturalidade, diversidade cultural e geoalfabetização, possibilitando identificar aproximações e distanciamentos entre os modelos curriculares.

A revisão bibliográfica incluiu obras atuais sobre o ensino de Geografia na infância (Callai, 2011; Castellar, 2013; Cavalcanti, 2002; Ramos, 2019, 2024a, 2024b), bem como pesquisas voltadas à educação em contextos de fronteira (Bumlai; Bilange, 2014; Santos, 2015; Souza; Silva, 2023). Também foram consultadas dissertações, teses e artigos científicos que abordam a realidade educacional de Corumbá (MS) e das cidades bolivianas vizinhas, compondo um corpus teórico que subsidia a interpretação crítica dos documentos curriculares selecionados.

A presente pesquisa constitui uma etapa analítica centrada na leitura e interpretação de documentos curriculares oficiais e literatura especializada. Ao analisar os marcos normativos do Brasil e da Bolívia, busca-se compreender os fundamentos que orientam o ensino de Geografia em contextos fronteiriços.

Essa etapa teórica e documental é essencial para subsidiar as próximas fases da investigação, oferecendo bases conceituais e comparativas que orientarão futuras análises empíricas em contextos escolares, considerando as singularidades territoriais, culturais e pedagógicas da fronteira Brasil–Bolívia.

O ensino de Geografia e a educação nos anos iniciais no Brasil

O ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental constitui-se como uma etapa essencial para a formação do pensamento espacial das crianças, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre o território, a paisagem e as relações sociais que permeiam o espaço vivido. Essa fase é decisiva na formação de sujeitos autônomos, capazes de compreender as dinâmicas espaciais e sociais que estruturam suas vidas cotidianas — especialmente em contextos geográficos singulares, como os territórios de fronteira.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador da educação básica no Brasil, estabelece que o ensino de Geografia deve promover a compreensão das interações entre sociedade e natureza, com foco na cidadania, na ética e na valorização do espaço vivido. Nos anos iniciais, esse ensino deve estar ancorado em experiências concretas, que permitam à criança compreender seu entorno imediato e desenvolver habilidades de observação, descrição e análise do espaço. O Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (CRMS), por sua vez, reafirma esses princípios, enfatizando a valorização das territorialidades regionais, das vivências locais e das práticas que possibilitam à criança compreender sua inserção no mundo a partir de sua realidade concreta.

Em consonância com esses documentos oficiais, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) reforçam a importância de um currículo que reconheça a criança como sujeito histórico, social e cultural, ativo na construção do conhecimento. Essa concepção rompe com a visão tradicional da criança como mero receptáculo de informações e favorece abordagens didáticas centradas na experiência, na ludicidade e na mediação pedagógica que parte da realidade vivida.

Nessa direção, Ramos (2019) tem se dedicado a aprofundar as discussões sobre o ensino de Geografia nos anos iniciais, defendendo que o espaço não é dado para a criança, mas ele é construído pelas crianças, que por sua vez estabelecem sentidos de interação e vivência em múltiplos lugares que territorializam. Em

continuidade a essa perspectiva, o autor propõe, em texto mais recente, o conceito de geoliteracia, definido como a capacidade de ler, compreender e se posicionar frente à complexidade do espaço vivido, articulando-o às dimensões sociais, políticas, econômicas e ambientais (Ramos, 2025). Ainda segundo o autor, esse processo deve ser iniciado desde os primeiros anos do Ensino Fundamental, por meio de práticas pedagógicas que vinculem os conteúdos escolares às experiências cotidianas das crianças.

Malatesta e Sánchez (2017), juntamente com Ramos (2025), sustentam que a escola deve oportunizar aos estudantes meios de “leitura do mundo”, articulando o espaço vivido às múltiplas dimensões da realidade social. Essa proposta se concretiza em práticas pedagógicas que envolvem a observação do bairro, a construção de mapas mentais e a identificação das paisagens e dos usos do solo, favorecendo uma compreensão ativa do território. Ramos (2025) enfatiza, ainda, que o ensino de Geografia precisa valorizar o protagonismo infantil, reconhecendo a criança como sujeito ativo na construção do conhecimento geográfico por meio de experiências significativas e situadas.

A articulação entre a BNCC, o CRMS, as DCNs e os aportes teóricos que concebem a criança como sujeito do processo educativo sustenta, assim, uma proposta de ensino de Geografia mais significativa nos anos iniciais. Em contextos de fronteira, essa abordagem torna-se ainda mais necessária, pois os sujeitos sociais que ali vivem frequentemente experimentam uma transterritorialidade, entendida como a vivência entre territórios, o constante entrar e sair de espaços, o que transforma a fronteira em um território híbrido, produzido por múltiplas territorialidades (Haesbaert; Mondardo, 2010). Essa experiência de mobilidade e pertencimentos diversos exige um ensino que reconheça identidades em trânsito e práticas culturais híbridas, possibilitando à criança compreender a fronteira como um espaço de múltiplos pertencimentos e de interculturalidade cotidiana. A interculturalidade, no contexto do Ensino, especialmente em regiões de fronteira como Corumbá e as cidades bolivianas vizinhas, refere-se à convivência, ao diálogo e à troca entre diferentes culturas em condições de respeito e reciprocidade. Ela vai além da simples coexistência de grupos culturais distintos, no caso da multiculturalidade, e propõe a interação consciente, crítica e transformadora entre esses grupos.

No âmbito do ensino, Callai (2011), Castellar (2013) e Cavalcanti (2002) reforçam essa concepção ao proporem práticas que integrem a diversidade cultural, as identidades múltiplas e os fluxos sociais presentes no cotidiano dos estudantes. Desse modo, a Geografia escolar assume um papel fundamental na formação de sujeitos críticos e sensíveis às diferenças, capazes de compreender a complexidade

e a pluralidade dos territórios que habitam. O ensino de Geografia em contextos fronteiriços, portanto, ultrapassa a mera transmissão de conteúdos: constitui-se como um espaço de diálogo entre culturas, de reconhecimento das identidades locais e de construção de uma educação voltada à convivência, à solidariedade e à valorização das diferenças.

Análise comparativa das Leis de Diretrizes e Bases da Educação: Brasil e Bolívia no ensino de Geografia nos anos iniciais

A análise comparativa entre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do Brasil (Lei nº 9.394/1996) e a Lei da Educação “Avelino Siñani - Elizardo Pérez” da Bolívia (Lei nº 070/2010) revela diferenças significativas nas concepções de currículo, nos objetivos educacionais e nas abordagens metodológicas, especialmente no que se refere ao ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Tais distinções refletem não apenas contextos históricos e socioculturais distintos, mas também os projetos políticos e epistemológicos que fundamentam as políticas educacionais de cada país.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece, em seu artigo 26, que os currículos do ensino fundamental devem possuir uma base nacional comum, complementada por uma parte diversificada, de acordo com as características regionais e locais. Essa base é regulamentada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta o ensino de Geografia a partir das competências gerais da educação básica e das competências específicas da área. A BNCC enfatiza a compreensão das interações entre natureza e sociedade, o exercício da cidadania e o respeito à diversidade, destacando o espaço vivido como dimensão formadora da identidade. Nos anos iniciais, o ensino deve ser experiencial, permitindo à criança desenvolver habilidades de observação, descrição e representação do espaço próximo. O Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (CRMS), em consonância com a BNCC, aprofunda essa perspectiva ao valorizar as territorialidades locais e as especificidades fronteiriças, como as presentes em Corumbá, integrando elementos regionais à prática pedagógica.

Por outro lado, a Lei da Educação nº 070, denominada Avelino Siñani – Elizardo Pérez (2010), representa uma ruptura paradigmática com o modelo educacional tradicional. Ela institui um sistema educativo plurinacional, descolonizador e comunitário, que reconhece as nações e povos indígenas originários e camponeses como sujeitos centrais do processo educativo. Essa lei orienta-se por princípios de interculturalidade, intraculturalidade e multilinguismo, propondo uma educação integral que articula saberes ancestrais e científicos.

O Currículo Base del Sistema Educativo Plurinacional (CBSEP) concretiza esses princípios ao propor um ensino de Geografia que valoriza a cosmovisão indígena, a territorialidade, a soberania alimentar, o respeito à Pachamama (Mãe Terra) e a construção coletiva do conhecimento.

Ao se compararem os dois sistemas, observa-se que o Brasil adota uma abordagem mais disciplinar e baseada em competências, com foco na cidadania e no espaço vivido, enquanto a Bolívia propõe uma concepção holística e intercultural, centrada na identidade e na coletividade. No Brasil, embora as diretrizes ressaltem a diversidade, o modelo curricular ainda se estrutura predominantemente sobre conteúdos universais, enfrentando desafios na efetiva inclusão das especificidades socioculturais das regiões de fronteira. Já na Bolívia, o currículo se constitui como instrumento de transformação social, que reconhece e valoriza os saberes dos povos originários, promovendo uma educação voltada à autonomia e à dignidade dos sujeitos.

No que se refere ao ensino de Geografia, essas distinções tornam-se ainda mais nítidas. Enquanto no Brasil a disciplina busca desenvolver competências cognitivas e críticas voltadas à leitura do espaço, na Bolívia ela é compreendida como parte de um processo formativo integral, que une dimensões espirituais, comunitárias e ecológicas. Como destaca Santos (2015, p. 233), a criança é concebida como parte de um coletivo comunitário, e a aprendizagem ocorre em relação direta com o território e a natureza. A formação docente também reflete essas diferenças: no Brasil, organiza-se a partir de cursos de licenciatura com ênfase disciplinar; na Bolívia, realiza-se em institutos de formação comunitária, fortemente enraizados nos territórios e nas práticas socioculturais locais.

Essas diferenças estruturais e filosóficas entre os dois sistemas educacionais podem ser sintetizadas conforme o quadro comparativo a seguir, que destaca as concepções de currículo, formação docente e papel da Geografia no processo educativo.

Quadro 1. Síntese comparativa dos Sistemas escolares Brasil e Bolívia

Aspecto	Brasil	Bolívia
Base legal	Diretrizes da BNCC e LDB	Lei da Educação nº 070 (2010)
Concepção educativa	Disciplinar, competências e conteúdos universais	Plurinacional, descolonizadora, intercultural
Sujeito educativo	Cidadão individual em espaço vivido	Coletivo, enraizado na identidade territorial
Currículo	Habilidades cognitivas, leitura do espaço, pensamento crítico	Saberes ancestrais, território, CBSEP
Valores e princípios	Cidadania, diversidade cultural	Interculturalidade, respeito à Pachamama
Visão da criança	Indivíduo em formação cognitiva e crítica	Parte do coletivo, diálogo com natureza

Aspecto	Brasil	Bolívia
Ensino de Geografia	Competências cognitivas, análise espacial	Foco em territorialidade, cosmovisão, saberes ancestrais
Formação docente	Licenciatura disciplinar	Institutos comunitários, inserção territorial
Função social da educação	Promoção da cidadania, acesso formal	Transformação social, autonomia, dignidade dos povos

Fonte: Autores (2025).

Assim, a análise comparativa evidencia que, embora Brasil e Bolívia compartilhem o ideal de uma educação de qualidade e emancipadora, suas concepções de currículo, sujeito e território revelam orientações epistemológicas distintas.

Em regiões de fronteira, tais como Corumbá e as cidades bolivianas de Puerto Quijaro e Puerto Suarez, marcadas pela intensa circulação cultural, linguística e simbólica, essas diferenças curriculares se traduzem em impactos concretos sobre as práticas pedagógicas e as experiências escolares das crianças. Compreender tais distinções é essencial para o desenvolvimento de propostas educativas mais inclusivas, contextualizadas e sensíveis à complexidade socioterritorial das zonas de fronteira.

Estudos sobre a fronteira Brasil-Bolívia: implicações para o Ensino

Diversos estudos acadêmicos têm se dedicado a compreender o ensino em contextos fronteiriços, contribuindo para o reconhecimento das especificidades culturais e educacionais desses territórios híbridos. Menezes (2024), ao investigar a percepção de docentes em Corumbá sobre a presença de estudantes bolivianos, evidencia desafios relacionados ao bilinguismo, ao preconceito e à ausência de formação continuada voltada à interculturalidade. Esses aspectos revelam a urgência de políticas formativas que preparem os professores para lidar com realidades multilíngues e identidades transnacionais.

Barros (2019) também contribui para essa discussão ao analisar a presença boliviana em Corumbá e sua influência na constituição de geografias urbanas e fronteiriças. A autora demonstra como as interações culturais e econômicas entre brasileiros e bolivianos reconfiguram o espaço urbano e desafiam as escolas a incorporarem essas dinâmicas territoriais no currículo.

Na mesma direção, Bumlai e Bilange (2014) reforçam a necessidade de práticas educativas que reconheçam e integrem as múltiplas culturas presentes nas fronteiras. Em suas pesquisas com escolas fronteiriças, os autores destacam a importância da valorização das identidades culturais e do diálogo entre saberes distintos como estratégias fundamentais para promover o respeito, a equidade e a inclusão.

Em outro estudo, Silva, Soares et al. (2021) analisam escolas nas regiões de Cáceres (MT) e San Matías (BO), defendendo uma concepção de currículo contextualizado, capaz de considerar a territorialidade dos estudantes e os saberes locais. Segundo os autores, a simples aplicação de diretrizes nacionais desconsidera a complexidade das práticas cotidianas nas fronteiras, onde o pertencimento é constantemente (re)negociado.

Ramos (2023), por sua vez, propõe uma abordagem etnográfica para compreender a experiência escolar de jovens brasileiros e bolivianos em situação de inter e transterritorialidade. O autor evidencia as dificuldades de adaptação, os processos de estigmatização e os esforços empreendidos por docentes e instituições na construção de uma escola verdadeiramente multicultural, que reconheça as identidades híbridas e os fluxos transfronteiriços como dimensões constitutivas da educação nesses espaços.

Geografia, fronteira e currículo: perspectivas em Corumbá e Bolívia

A cidade de Corumbá, situada na faixa de fronteira entre o Brasil e a Bolívia, constitui um território singular para a análise do ensino de Geografia nos anos iniciais. Sua condição fronteiriça imprime desafios pedagógicos específicos, que demandam abordagens diferenciadas, contextualizadas e interculturais. Nessa região, o ensino não pode ser compreendido sem considerar a presença constante de estudantes bolivianos e as práticas culturais transfronteiriças que permeiam o cotidiano escolar. A configuração socioespacial desse território influencia diretamente as relações entre os sujeitos, as práticas pedagógicas e as formas pelas quais o conhecimento geográfico é produzido, mediado e apropriado pelas crianças.

Casanova da Silva, Cunha e Tavano (2023) analisam as características do ensino público corumbaense e identificam lacunas expressivas nas políticas educacionais voltadas à diversidade cultural e linguística da região. Os autores apontam que a ausência de ações específicas de acolhimento e valorização da cultura boliviana compromete o processo de aprendizagem e o fortalecimento da identidade territorial dos estudantes. Nessa mesma direção, Ribeiro (2023) investiga a escola como espaço de inclusão social de crianças e adolescentes bolivianos, evidenciando desafios relacionados à comunicação oral, ao bilinguismo e à mediação intercultural, que impactam o cotidiano das práticas docentes e o sentimento de pertencimento dos alunos.

Golin e Assumpção (2023) ampliam essa discussão ao analisarem as fricções culturais presentes nas escolas de Corumbá, defendendo uma educação intercultural capaz de dialogar com as múltiplas identidades que coexistem nas fronteiras.

Os autores observam que, embora os discursos institucionais enfatizem o respeito à diversidade, persiste um descompasso entre tais princípios e as práticas pedagógicas efetivas, o que reforça a urgência de políticas formativas voltadas à atuação docente em contextos interculturais e fronteiriços.

Nesse mesmo cenário, Abreu (2023) e Ramos (2023) contribuem para o entendimento da complexidade que envolve o espaço escolar em territórios de fronteira, como aqueles localizados entre Brasil-Bolívia e Brasil-Paraguai. Abreu evidencia que as escolas nesses contextos se configuram como espaços de disputa e negociação identitária, nos quais as crianças aprendem, desde os primeiros anos, a lidar com fronteiras simbólicas e materiais. Ramos (2023), por meio de uma abordagem etnográfica, aprofunda a análise ao revelar como jovens vivenciam processos de inter e transterritorialidade, enfrentando dificuldades de adaptação escolar e situações de estigmatização. Ambos os autores demonstram que essas realidades exigem práticas pedagógicas que transcendam o currículo prescrito, valorizando os saberes culturais dos estudantes e promovendo uma escola multicultural comprometida com a inclusão, o reconhecimento das diferenças e a construção coletiva do conhecimento.

Do ponto de vista boliviano, o Currículo Base del Sistema Educativo Plurinacional (CBSEP) propõe uma concepção pedagógica ancorada na interculturalidade, na descolonização do saber e na valorização dos conhecimentos originários. Segundo Clézio dos Santos (2015), o ensino de Geografia na Bolívia está profundamente vinculado à formação de professores comprometidos com o território, com a vivência comunitária e com a cosmovisão dos povos indígenas. Essa proposta curricular rompe com a lógica disciplinar fragmentada, predominante no modelo brasileiro, ao apostar em uma educação que reconhece a pluralidade cultural e epistemológica e que busca reconfigurar as relações entre saber, poder e identidade.

Corroborando essa perspectiva, Souza e Silva (2023) analisam a cartografia docente na fronteira Brasil-Bolívia, demonstrando como as trajetórias formativas de professoras brasileiras e bolivianas influenciam suas práticas pedagógicas. As autoras evidenciam que, embora inseridas em sistemas educacionais distintos, essas docentes compartilham desafios semelhantes, como a integração de saberes locais, o enfrentamento das barreiras linguísticas e o reconhecimento das especificidades territoriais no processo de ensino-aprendizagem.

Outros estudos complementam essa discussão, ampliando a compreensão sobre o ensino em contextos fronteiriços. Silva, Souza-Higa e Dalla Nora (2023) discutem as práticas curriculares em escolas situadas na fronteira oeste de Mato Grosso com San Matías, Bolívia, defendendo a valorização da socioespacialidade

local como elemento estruturante do ensino de Geografia. Neves e Conte (2021) abordam as dificuldades enfrentadas por estudantes bolivianos e paraguaios nas escolas de Mato Grosso do Sul, destacando a falta de preparo para o ensino bilíngue e as manifestações de preconceito cultural. Santos e Santos (2021), por sua vez, analisam a mobilidade migratória e os desafios educacionais na fronteira entre Guajará-Mirim (RO) e a Bolívia, propondo ações pedagógicas que respeitem a pluralidade dos sujeitos e suas trajetórias migratórias.

Zuin e Oliveira (2020) refletem sobre a inserção de estudantes bolivianos nas escolas brasileiras, reforçando a importância de uma educação inclusiva e intercultural em regiões fronteiriças. Loro, Silva e Nunes (2022) contribuem ao discutir os conflitos étnicos presentes nas brincadeiras escolares na fronteira Brasil-Bolívia, revelando como as vivências infantis expressam tensões herdadas de processos históricos de colonização. Por fim, Oliveira, Carvalho e Carvalho (2023) analisam a inclusão de alunos da educação especial nas escolas públicas do Pantanal, destacando as especificidades sociais e geográficas da fronteira como elementos determinantes para a construção de uma educação democrática e de qualidade.

Portanto, o ensino de Geografia em contextos de fronteira, como o de Corumbá e das cidades bolivianas vizinhas, requer uma concepção curricular e pedagógica que considere as territorialidades vividas, os fluxos culturais e as práticas sociais que caracterizam essas regiões. A articulação entre currículo, território e interculturalidade torna-se indispensável para assegurar o direito à educação de qualidade, respeitando as origens, identidades e modos de habitar o espaço que compõem a complexa tessitura das fronteiras latino-americanas.

Educação intercultural e prática docente na fronteira

O desafio de ensinar Geografia em contextos de fronteira ultrapassa a dimensão curricular e alcança a formação e atuação dos professores. Souza e Silva (2021), ao investigarem as trajetórias formativas de docentes que atuam em escolas fronteiriças, demonstram que grande parte enfrenta dificuldades em adaptar o currículo às realidades socioculturais dos estudantes. Essa limitação decorre, em parte, da ausência de uma formação inicial e continuada voltada à diversidade cultural, linguística e territorial que caracteriza as regiões fronteiriças. O resultado é um distanciamento entre as orientações legais e a prática pedagógica cotidiana, especialmente no que se refere ao reconhecimento dos saberes locais e à mediação intercultural em sala de aula.

Golin *et al.* (2023) reforçam essa crítica ao analisarem a implementação de políticas públicas de educação em tempo integral em Corumbá, observando que

muitas delas desconsideram as condições reais das escolas situadas na fronteira. Os autores argumentam que, sem infraestrutura adequada, recursos pedagógicos contextualizados e formação docente específica, tais políticas tendem a fracassar em sua execução, reproduzindo desigualdades e evidenciando a distância entre o currículo prescrito e a realidade escolar.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível pensar o ensino de Geografia nos anos iniciais a partir de uma perspectiva intercultural, crítica e situada. Isso implica compreender o território não apenas como espaço físico, mas como expressão das relações culturais, históricas e simbólicas que estruturam a vida fronteiriça. Nessa perspectiva, o reconhecimento das identidades locais, a valorização dos saberes comunitários e a escuta das vozes escolares, de professores, estudantes e famílias, devem constituir princípios orientadores na elaboração de currículos e práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas.

Assim, a análise comparativa entre Corumbá e Bolívia evidencia que, embora cada país possua propostas educacionais com fundamentos distintos, ambos enfrentam o desafio comum de formar sujeitos capazes de compreender e transformar os espaços que habitam. O ensino de Geografia, quando orientado pela geoalfabetização e pela leitura crítica do mundo (Callai, 2005), configura-se como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento da consciência espacial, da cidadania e da emancipação social. Promover uma educação geográfica comprometida com a realidade territorial das crianças que vivem nas fronteiras significa, portanto, contribuir para a construção de uma escola mais justa, plural e sensível às múltiplas formas de habitar e significar o espaço.

Síntese da análise comparativa

Os resultados da análise comparativa evidenciam diferenças substanciais entre os enfoques curriculares do Brasil e da Bolívia no que tange ao ensino de Geografia nos anos iniciais. Na Bolívia, o Currículo Base del Sistema Educativo Plurinacional (CBSEP) propõe uma abordagem integrada, comunitária e descolonizadora, na qual o ensino de Geografia é concebido como parte de um processo formativo que articula o conhecimento científico aos saberes ancestrais e às práticas socioculturais dos povos indígenas. Essa perspectiva curricular reconhece a pluralidade cultural, linguística e territorial dos estudantes, promovendo uma educação voltada à convivência intercultural e à harmonia entre sociedade e natureza — princípios sustentados na cosmovisão andina e nos valores da Pachamama.

Por outro lado, o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (CRMS), embora também valorize a diversidade e a cidadania, mantém uma organização

curricular mais disciplinar e orientada pelo desenvolvimento de competências cognitivas. O foco recai sobre a leitura e interpretação de mapas, a compreensão das fronteiras políticas e naturais e a identificação de elementos físicos e humanos do território. Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a necessidade de promover, desde os anos iniciais, a compreensão das dinâmicas espaciais e das relações sociedade-natureza, buscando formar cidadãos críticos e conscientes de seu papel na transformação do espaço vivido.

A definição das categorias analíticas — enfoque curricular, cultura e território, formação docente e concepção de criança — fundamentou-se na leitura cruzada dos documentos normativos e na literatura especializada sobre o ensino de Geografia e a educação em contextos de fronteira. Essas dimensões permitem observar como cada país articula, em seus marcos curriculares, a relação entre território, identidade e prática pedagógica. Tal escolha encontra respaldo em autores como Ramos (2024a; 2024b), Callai (2011) e Santos (2015), que destacam a centralidade da cultura, da formação docente e da compreensão da infância como fundamentos para uma educação geográfica crítica, situada e sensível à realidade local.

Quadro 2. Comparativo entre os currículos de Brasil e Bolívia no ensino de Geografia nos anos iniciais

Elementos curriculares	Brasil (BNCC/CRMS)	Bolívia (CBSEP)
Enfoque	Disciplinar e baseado em competências	Comunitário, holístico e descolonizador
Cultura e território	Reconhecimento da diversidade cultural	Centralidade dos saberes originários e locais
Formação docente	Disciplinar, centrada na licenciatura	Comunitária, territorializada e bilíngue
Concepção de criança	Sujeito ativo e cidadão em formação	Parte de um coletivo com vínculos ancestrais

Fonte: Elaboração dos autores (2025).

A análise sistematizada no Quadro 2 evidencia que, embora Brasil e Bolívia compartilhem a preocupação com a formação cidadã e com a valorização do território nos anos iniciais, suas concepções curriculares revelam percursos distintos quanto ao papel da Geografia na educação de crianças em contextos fronteiriços. No caso brasileiro, os documentos analisados priorizam o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas à compreensão espacial e ao exercício da cidadania, mas ainda demonstram limitações na incorporação de saberes locais e de práticas pedagógicas que valorizem a interculturalidade. Em contrapartida, na Bolívia, a proposta curricular estrutura-se a partir de uma lógica descolonizadora, na qual o território, a coletividade e os saberes ancestrais constituem eixos fundamentais da formação integral do sujeito.

Em ambos os contextos, observa-se a necessidade de avanços nas práticas pedagógicas cotidianas, de modo que as diretrizes curriculares se concretizem em experiências escolares efetivamente significativas. A realidade fronteiriça de Corumbá e das cidades bolivianas vizinhas demanda uma Geografia escolar que ultrapasse o caráter meramente disciplinar e se configure como instrumento de leitura crítica do mundo, respeitando as múltiplas identidades e a pluralidade cultural que caracterizam essa região. Nesse sentido, o reconhecimento da criança como sujeito territorial e a valorização de uma formação docente contextualizada constituem pilares essenciais para a consolidação de um ensino de Geografia comprometido com a justiça social, a inclusão e a transformação da realidade local.

Considerações finais

A análise comparativa entre os sistemas educacionais do Brasil e da Bolívia revelou que o ensino de Geografia em regiões fronteiriças exige mais do que a simples aplicação das diretrizes curriculares nacionais. Em contextos como o de Corumbá e das cidades bolivianas vizinhas, marcados por fluxos migratórios, diversidade linguística e vivências interculturais, torna-se imprescindível adotar práticas pedagógicas sensíveis às territorialidades e transterritorialidades experienciadas pelas crianças.

As diretrizes brasileiras, expressas na BNCC e no Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, orientam-se pelo desenvolvimento de competências e pela leitura crítica do espaço vivido. Entretanto, ainda enfrentam desafios para incorporar de forma efetiva os saberes locais e as especificidades culturais da fronteira. Já o sistema boliviano, fundamentado na Ley de la Educación “Avelino Siñani – Elizardo Pérez” e no Currículo Base del Sistema Educativo Plurinacional (CBSEP), apresenta uma concepção de educação comunitária, descolonizadora e intercultural, que valoriza a cosmovisão dos povos originários e o vínculo indissociável com o território.

Os resultados indicam que, embora as propostas curriculares de ambos os países contenham princípios inovadores e comprometidos com a diversidade, persistem desafios estruturais e formativos que limitam sua implementação plena. Assim, o fortalecimento da formação docente voltada à interculturalidade, o incentivo à produção de materiais didáticos contextualizados e o investimento em políticas públicas específicas para a educação em áreas de fronteira constituem caminhos fundamentais para a construção de um ensino de Geografia mais equitativo, inclusivo e transformador.

Conclui-se, portanto, que o ensino de Geografia, quando articulado às experiências cotidianas das crianças e orientado por uma perspectiva crítica e intercultural, pode contribuir de forma significativa para a formação de sujeitos conscientes, autônomos e comprometidos com a transformação dos territórios que habitam.

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. A autora Lylianne Chaparro Magalhães Souza é mestranda e bolsista da CAPES no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

O co-autor Samuel da Silva Souza, faz parte do Ação de Desenvolvimento em Serviço da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Referencias

ABREU, Laís Rondis Nunes de. **Geografia da escola: uma análise territorial de escolas da fronteira Brasil-Bolívia e Brasil-Paraguai**. Dourados: UFGD, 2023.

BARROS, Ana Flávia de. Geografias fronteiriças e identidades culturais na cidade de Corumbá/MS. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 12., 2019, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2019.

BOLÍVIA. Ministerio de Educación. **Currículo base del sistema educativo plurinacional**. La Paz: Ministerio de Educación, 2012.

BOLÍVIA. Ministerio de Educación. **Ley de la Educación “Avelino Siñani – Elizardo Pérez”** (Ley nº 070), de 20 de diciembre de 2010. La Paz: Ministerio de Educación, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/bncc>. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 27833–27841, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental**. Brasília, DF: MEC, 1997.

BUMLAI, Danielle Urt Mansur; BILANGE, Elizabeth Maria Azevedo. Educação em territórios de fronteira: desafios e possibilidades na perspectiva intercultural. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 903–920, 2014.

CALLAI, Helena Copetti. O ensino de Geografia nos anos iniciais. In: CASTELLAR, Sonia Aflalo (org.). **Geografia na educação infantil e no ensino fundamental**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 41–60.

CASANOVA DA SILVA, Ana Rita; CUNHA, José Carlos da; TAVANO, Flávia Azevedo. Escolas de fronteira e práticas educativas em Corumbá/MS: entre o desafio e a invisibilidade. **Revista Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 12, n. 2, p. 56–72, 2023.

CASTELLAR, Sonia Aflalo. **Geografia: ensino e aprendizagens na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental**. São Paulo: Cortez, 2013.

CASTELLAR, Sonia Aflalo (org.). **Ensino e aprendizagem de Geografia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

GOLIN, Cássia et al. Educação integral em territórios de fronteira: contradições e resistências. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 1–20, 2023.

HAESBAERT, Rogério; MONDARDO, Marcos. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. **GEOgraphia**, Niterói, n. 24, p. 19–40, 2010.

LOPES, Ana Paula; SILVA, Silvana Ferreira Mendes; NUNES, Juliana Souza. Brincadeiras e conflitos étnicos no território fronteiriço Brasil–Bolívia. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 25, p. 1–18, 2022.

MALATESTA, Stefano; SÁNCHEZ, Jordi Giner. La contribución de la geografía de los niños y de las niñas a la enseñanza de la geografía. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, v. 63, n. 3, p. 631–640, 2017.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: SED/MS, 2019. Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/curriculo-de-referencia-ms/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

MENEZES, Ana Paula. **Docência e interculturalidade em Corumbá/MS**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2024.

NEVES, Ana Beatriz de Souza; CONTE, Cláudia Helena. Um olhar fronteiriço: paraguaios e bolivianos nas escolas de Mato Grosso do Sul. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 41, n. 1, p. 117–136, 2021.

OLIVEIRA, Ana Amélia Monteiro de; CARVALHO, Rosane Fernandes; CARVALHO, Maria Madalena de. Pesquisa em espaços de fronteira Brasil–Bolívia: um olhar sobre a inclusão de alunos da educação especial. In: CONGRESSO DE DIREITOS HUMANOS, 2023, Criciúma. **Anais...** Criciúma: UNESC, 2023.

RAMOS, Élvys Christian Madureira. A dimensão estética no ensino de Geografia: uma contribuição à renovação da geografia escolar. **Geografia: Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 23, p. 5–20, 2019.

RAMOS, Élvys Christian Madureira. Alfabetização geográfica nos primeiros anos do ensino fundamental. In: CONCEIÇÃO, Adriana Nunes; SILVA, Andréa Maria da; MARTINEZ, Fábio Willian M. (orgs.). **Práticas e pesquisas em educação**. Campo Grande: Editora UFMS, 2024. p. 44–59.

RAMOS, Élvys Christian Madureira; PAULA, Eliane Gomes de; BUENO, Eduardo. Um olhar etnogeográfico sobre a experiência escolar de jovens brasileiros que vivem a inter/transsterritorialidade na fronteira Brasil–Bolívia. **Ciência Geográfica**, v. 27, p. 245–262, 2023.

RIBEIRO, Maria Luiza Oliveira. **O idioma e a escola de fronteira como fatores de inclusão social de crianças e adolescentes em Corumbá-MS**. Corumbá: UFMS, 2023.

SANTOS, Clézio dos. A educação geográfica na Bolívia: currículo, formação docente e interculturalidade. **Cadernos Culturais do Pantanal**, p. 1–15, 2015.

SANTOS, Clézio dos. A Geografia no currículo boliviano: territorialidade, interculturalidade e formação docente. **Revista de Educação da UNESP**, Marília, v. 41, n. 1, p. 233–248, 2015.

SANTOS, Edson Silva dos; SANTOS, Gilberto Alves. A conjuntura educacional em contextos fronteiriços: uma análise sobre Guajará-Mirim (RO). **Travessias**, v. 15, n. 3, p. 1–20, 2021.

SILVA, Adriana Ferreira; SOARES, Maria Rita; et al. Educação e currículo em contextos de fronteira: o caso Cáceres (Brasil) e San Matías (Bolívia). **Revista Geografia em Atos**, v. 13, n. 1, p. 143–162, 2021.

SILVA, Giovana Martins dos Santos; SOUZA-HIGA, Tereza Cristina Cardoso de; DALLA NORA, Giovana. O ensino de Geografia na fronteira oeste do Mato Grosso (Brasil) com San Matías (Bolívia): práticas curriculares e propostas pedagógicas. **RCGS – Revista Caminhos de Geografia**, v. 24, p. 1–18, 2023.

SOUZA, Márcia Emília de; SILVA, Fábio José da. Formação de professores em escolas de fronteira: percursos e práticas. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 41, n. 114, p. 75–92, 2021.

SOUZA, William Pereira de; SILVA, Claudinei Pereira da. **Cartografia docente na fronteira Brasil–Bolívia**. Porto Velho: UNIR, 2023.

ZUIN, Antônio Luiz Alves; OLIVEIRA, Mariana Soares de. Integração educacional na fronteira Brasil/Bolívia – uma reflexão sobre a inserção de alunos bolivianos em escolas brasileiras. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 39, p. 1029–1049, 2020.